



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13572 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

A INTER-RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS: DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Jamile Cantuaria de Souza - UNIFAP - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

### A INTER-RELAÇÃO ENTRE ESTADO E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: DESDOBRAMENTOS NO CAMPO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

**Resumo:** Este estudo objetiva discutir a inter-relação entre Estado e Organismos Internacionais, com enfoque em seus desdobramentos para a Formação Docente. Trata-se de pesquisa bibliográfica, cuja perspectiva teórico-metodológica é de que a investigação de qualquer fenômeno constituído em uma sociedade estruturalmente antagônica deve considerar suas relações históricas e conjunturais. Compreende-se que os desdobramentos do processo de internacionalização da educação ressoam de forma significativa nas políticas públicas educacionais contemporâneas. Para tanto os OIs buscam inserir e envolver os professores, tornando-os sujeitos potenciais na disseminação dos ideários neoliberais e privatistas, com estímulo à produtividade e competitividade. Este cenário contribui para a intensificação de mecanismos de regulação da formação docente.

**Palavras-chave:** Estado, Organismos Internacionais, Políticas educacionais, Formação docente.

#### Introdução

As transformações sociais e econômicas em nível mundial e, ainda, as experiências educacionais de nações desenvolvidas vem repercutindo decisivamente na construção das políticas educacionais de forma global, com desdobramentos expressivos no modelamento dos sistemas nacionais de ensino. Nesse sentido, merece destaque o contexto de influência de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Essas entidades vêm participando ativamente na formulação e implementação de políticas educacionais, principalmente, dos países em desenvolvimento.

Desse modo, este trabalho aborda a inter-relação entre o Estado e os referidos OIs. Discute-se como esta relação harmônica reverbera na institucionalização das políticas

educacionais, especificamente as de Formação Docente. Tal estudo vincula-se à pesquisa de mestrado em andamento que investiga a atuação de um Centro de Valorização Educacional amapaense.

## **Metodologia**

Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica referenciada em autores que dão centralidade ao assunto em suas pesquisas, como Maués (2011) e Shiroma (2018). A perspectiva teórico-metodológica é a de que a investigação de qualquer fenômeno constituído em uma sociedade estruturalmente antagônica deve considerar suas relações históricas e conjunturais. Dessa forma, as políticas de formação docente são aqui consideradas como produtos de transformações socioeconômicas mundiais e, portanto, não podem ser analisadas de forma isolada, desvinculada das relações sociais e influências globais que as determinam historicamente.

O texto é composto de 2 (duas) seções, além da introdução e conclusão. Primeiramente, aborda-se a relação existente entre o Estado e os OIs sinalizando as implicações na implementação das políticas educacionais. Posteriormente, são enfatizadas as ingerências dos OIs na condução e direcionamento das Políticas de Formação Docente. Ao término, faz-se uma síntese da temática analisada.

## **Estado e Organismos Internacionais: Confluências e implicações para as políticas educacionais**

A concepção de Estado compreendida considera sua origem na contradição de interesses individuais e sociais. Tal contradição é alicerçada na estrutura social e, por conseguinte, na relação de dominação de uma classe sobre a outra (MARX; ENGELS, 1970 *apud* HARVEY, 2005).

Assim, com uma aparente autonomia e neutralidade o Estado vem, no decorrer da história, representando as aspirações hegemônicas e, ainda, legitimando o processo de exploração e dominação social. De forma concomitante, também atua para manter as classes desfavorecidas conformadas e submissas.

Nessa perspectiva, compreende-se que historicamente a implementação das políticas educacionais é resultado de um processo antagônico de luta entre classes. Do mesmo modo, é fruto do embate de grupos hegemônicos que buscam alternativas para satisfazerem seus interesses e se manterem no poder.

De forma geral, as tendências norteadoras das políticas educacionais no Brasil refletem as influências de orientações emanadas dos OIs. A narrativa utilizada por essas instituições para legitimarem suas ingerências é alicerçada na concepção de educação como poderoso instrumento para a redução das desigualdades sociais (SHIROMA, 2018).

Entretanto, Silva Junior e Abreu (2022) sinalizam que há duas motivações para o

interesse da pauta educacional por esses Organismos. Primeiramente, pelo fato de a educação ser responsável pela formação humana. Esta condição estimula sua utilização como instrumento para geração e qualificação de Capital Humano. Segundo, por tornar-se um setor estratégico para investimentos e oferta de serviços, representa, então, um campo promissor aos interesses mercadológicos.

Desse modo, ao recomendarem medidas e orientações direcionadas ao setor educacional, os OIs buscam inserir a lógica privada em suas diferentes dimensões. O subterfúgio é contribuir e garantir maior qualidade e eficiência aos sistemas de ensino, sobretudo em países periféricos. Todavia, percebe-se que a intencionalidade é favorecer a internacionalização do capital, onde o conhecimento se transforma em força produtiva e a educação em mercadoria (MAUÉS, 2011).

### **Ingerências dos Organismos Internacionais na Formação Docente**

As repercussões no campo das Políticas de Formação Docente são apontadas em diversos estudos sob a lógica do Capital Humano. Tal ideário se concretiza por meio da exigência de competências que possam alavancar a força de trabalho, bem como em padrões de qualidade estabelecidos pelos OIs, que tem como referência o setor privado.

Nessa direção, é importante destacar que tanto o Banco Mundial, como a OCDE e a Unesco possuem forte interesse na formação dos professores, a qual é considerada um campo estratégico para atingir os objetivos de cada Organismo (SILVA JUNIOR; ABREU, 2022). Para tanto, busca-se inserir e envolver os professores tornando-os sujeitos potenciais na disseminação dos ideários privatistas.

O quadro 1 a seguir sintetiza as principais recomendações dos OIs que vêm influenciando as formulações de Políticas de Formação Docente:

Quadro 1 – Resumo das principais recomendações dos OIs direcionadas à Formação Docente

<b>BANCO MUNDIAL</b>	<b>OCDE</b>	<b>UNESCO</b>
Aumento dos padrões para ingresso na formação de professores; Aumento dos padrões para a contratação de novos professores.	Salários mais competitivos; Promover flexibilidade nas condições de emprego; Implantar mecanismos de remuneração mais flexíveis; Melhorar condições de ingresso de novos professores.	Elevar las exigencias en los procesos de selección para el ingreso a la formación inicial docente; Promover políticas destinadas a mejorar la calidad de los formadores de docentes.
Sistemas para a avaliação regular dos pontos fortes e fracos de cada professor; Treinamento eficaz para corrigir os pontos fracos identificados dos professores.	Oferta de incentivos e recursos para o desenvolvimento profissional continuado; Tornar a educação inicial de professores mais flexível;	Levar em conta os resultados das avaliações de desempenho dos professores; Associar a educação continuada aos incentivos à progressão na carreira com base na qualidade do trabalho profissional.
Recompensas profissionais; Pressão por responsabilidade; Incentivos financeiros.	Sistema de avaliação e recompensa a professores eficazes; Programas de condições de trabalho mais flexíveis.	Gerar uma estrutura adequada de remuneração e incentivo; Articular a formação contínua com a política salarial dos professores.

**Fonte:** Silva Junior e Abreu (2022).

Em detida análise, é possível observar várias similaridades nas recomendações propostas. Dentre os aspectos mais focalizados pelos 3 Organismos estão: flexibilização da remuneração; implantação de sistemas de avaliação de desempenho docente; padronização e melhoria da formação inicial e continuada; e incentivos à adoção de recompensas profissionais.

### **Considerações Finais**

A discussão efetuada neste estudo é relevante e subsidia à construção da pesquisa em andamento, possibilitando analisar a atuação do Estado e sua relação harmônica com os OIs, especialmente no que tange às políticas de Formação docente que vêm sendo formuladas e implementadas contemporaneamente.

Compreende-se que os desdobramentos do processo de internacionalização da educação ressoam de forma significativa nas políticas educacionais brasileiras. Para tanto os OIs buscam inserir e envolver os professores em suas proposições, tornando-os sujeitos potenciais na disseminação dos ideários privatistas. Destaca-se o caráter meritocrático que a lógica neoliberal atribui à educação, com estímulo à produtividade e competitividade, por meio de políticas de incentivo e recompensas profissionais. Este cenário contribui para a intensificação de mecanismos de regulação da Formação Docente.

### **REFERÊNCIAS**

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e formação docente. A nova regulação? **Educação**. Porto Alegre. v. 34, n. 1. jan-abr. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA JUNIOR; C.A.S.; ABREU, L.S.M.C. Organismos Internacionais e as políticas de formação de professores na produção acadêmica da Pós-Graduação em Educação na região Norte do Brasil. In: CAMARGO, Arlete Maria Monte; ANDRADE, Antônia Costa; CAMARGO, Leila Maria. (orgs). **A constituição do Campo Científico sobre Formação de Professores no Contexto Amazônico**. v.1. Curitiba: CRV. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: diálogos em educação**. v. 27, n. 2, p. 88-106, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8093>. Acesso em: 20 nov. 2021.